



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA

1. OBJETO E PRAZO DO CONTRATO.

1.1. Aquisição de REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAIS DE EXPEDIENTE, ELETRÔNICOS, TINTAS E RECARGAS DE CARTUCHOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA/PA – ESTADO DO PARÁ, conforme natureza, condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.	P. UNIT. MÉDIO	P. TOTAL MÉDIO
1	CLIQUE NIQUELADO 6/0 - CAIXA C/50	caixa	120	10,800	1.296,00
2	CLIQUE NIQUELADO 8/0 - CAIXA C/500	caixa	120	29,667	3.560,00
3	CLIQUE TIPO BROCHE 11/4	unidade	70	28,500	1.995,00
4	ENVELOPE (AMARELO) 36X46 CM	unidade	2100	3,333	7.000,00
5	GRAMPEADOR 26/6 ESTRUTURA METÁLICA	unidade	70	23,133	1.619,33
6	GRAMPO TRILHO DE PLÁSTICO CX C/50	caixa	70	13,500	945,00
7	PAPEL VERGÊ 180 GRAMAS C/50	unidade	30	29,167	875,00
8	PASTA POLIONDA 3 CM	unidade	110	8,600	946,00
9	PERFURADOR PEQUENO 9X11 CM	unidade	60	22,000	1.320,00
10	LIVRO ATA, CAPA DURA 200 FOLHAS	unidade	8	37,100	296,80
11	PASTA TRANSPARENTE 5,5CM, ABA ELÁSTICA, CXLXA: 335X235X55MM	unidade	230	13,233	3.043,67
12	PRANCHETA TRANSPARENTE, TAM 30CM	unidade	15	24,800	372,00
13	CANETA MARCA TEXTO PARA PAPEL, CÓPIA, PONTA: 3,5MM	unidade	170	4,167	708,33
14	ESTILETE LARGO - MAT EM PLÁSTICO	unidade	70	3,833	268,33
15	PRENDEDOR DE PAPEL MÉDIO 32MM, CX COM 12 UND	caixa	30	21,967	659,00
16	PRENDEDOR DE PAPEL MÉDIO 19MM, CX COM 12 UND	caixa	45	15,267	687,00
17	AGENDA PERMANENTE, TAMANHO 140X205MM,CAPA DE COURO SINTÉTICO	unidade	120	46,333	5.560,00
18	APONTADOR DE LÁPIS SIMPLES SEM DEPÓSITO - MATERIAL DE PLÁSTICO	unidade	120	1,167	140,00
19	CANETA ESFEROGRÁFICA PRETA CAIXA C/50	caixa	70	73,667	5.156,67
20	CANETA ESFEROGRÁFICA VERMELHA CAIXA C/ 50	caixa	35	73,667	2.578,33
21	FITA ADESIVA DUPLA FACE 27 X 36	unidade	70	25,333	1.773,33
22	LIGA 1 KG - PACOTE 1200 UN	unidade	15	72,000	1.080,00
23	PAPEL A4CX C/10 RESMA	caixa	230	312,333	71.836,67
24	PAPEL OFICIO-CX C/10 RESMA	caixa	70	402,333	28.163,33
25	REABASTECEDOR DE CARIMBO 40ML AZUL.	unidade	70	8,333	583,33
26	LIVRO PROTOCOLO 104 FLHS	unidade	70	19,333	1.353,33
27	CLIQUE NIQUELADO 1/0 - CAIXA C/100	caixa	170	6,600	1.122,00
28	CLIQUE NIQUELADO 3/0 - CAIXA C/100	caixa	120	7,800	936,00
29	CLIQUE NIQUELADO 4/0 - CAIXA C/50	caixa	100	6,733	673,33



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

30	COLA BRANCA - 90 GRAMA CX C/12	caixa	170	41,067	6.981,33
31	ENVELOPE (AMARELO) 24X34 CM	unidade	1100	1,867	2.053,33
32	ENVELOPE (AMARELO) 16X23 CM	unidade	1100	1,667	1.833,33
33	ENVELOPE PEQUENO BRANCO - CARTA	unidade	1100	1,100	1.210,00
34	GRAMPO PRATIADO P/ GRAMPEADOR 26/6 CX 5000	caixa	70	10,933	765,33
35	GRAMPO TRILHO METAL CX C/50	caixa	70	19,667	1.376,67
36	PASTA AZ DE PAPELÃO LOMBO LARGO	unidade	120	20,500	2.460,00
37	PASTA POLIONDA 5 CM	unidade	70	8,433	590,33
38	GRAMPEADOR 14X4X5,2 CM - METÁLICA	unidade	70	22,050	1.543,50
39	LIVRO ATA, CAPA DURA 100 FOLHAS	unidade	08	21,317	170,53
40	BORRACHA BICOLOR - CX C/ 60	caixa	120	55,833	6.700,00
41	LEMBRETE C/ ADESIVO COLORIDO - PCT C/ 04, DE 50 FOLHAS, TAM 38MMX50MM	unidade	230	12,400	2.852,00
42	PORTA CANETA, DIMENSÕES 250X85X91MM	unidade	60	22,533	1.352,00
43	CAIXA ARQUIVO DE PLÁSTICO DIMENSÕES: 290X175X380MM	caixa	60	21,000	1.260,00
44	CANETA MARCA TEXTO PARA PAPEL, CÓPIA, PONTA: 0,4MM	unidade	120	9,333	1.120,00
45	CANETA MARCA TEXTO PARA PAPEL, CÓPIA, PONTA: 0,9MM	unidade	70	11,600	812,00
46	PRENDEDOR DE PAPEL MÉDIO 42MM, CX COM 12 UND	caixa	30	33,800	1.014,00
47	PRENDEDOR DE PAPEL MÉDIO 51MM, CX COM 12 UND	caixa	35	33,067	1.157,33
48	CANETA ESFEROGRÁFICA AZUL CAIXA C/ 50	caixa	70	74,000	5.180,00
49	COLA EM BASTÃO - 8 GRAMAS.	unidade	80	3,000	240,00
50	CORRETIVO 18 GRAMAS.	unidade	90	5,000	450,00
51	CORRETIVO EM FITA 5MMX6MT	unidade	75	7,733	580,00
52	FITA ADESIVA TRANSPARENTE - LARGA 45X45.	unidade	70	7,933	555,33
53	LÁPIS Nº 02 - CX C/ 144	caixa	20	89,667	1.793,33
54	PAPEL PARA FOTO - PCT 50 UNIDADES A4	unidade	15	30,633	459,50
55	PASTA SUSPensa PAPELÃO.	unidade	120	21,733	2.608,00
56	RÉGUA 30CM - ACRÍLICA	unidade	65	4,167	270,83
57	TESOURA GRANDE COM CABO DE PLÁSTICO	unidade	20	13,667	273,33
58	CABO ANTI-CHAMA 2,5MM	metros	25	4,500	112,50
59	CABO ANTI-CHAMA 16 MM	metros	25	20,700	517,50
60	LUMINÁRIA EMERGÊNCIA 30L	unidade	25	39,367	984,17
61	INTERRUPTOR C/P 1 TECLA E TOMADA	unidade	25	19,767	494,17
62	FIXA FIO C/02 PREGOS	unidade	60	11,000	660,00
63	LÂMPADA 30 WTS	unidade	70	38,050	2.663,50
64	CANALETA VENTILADA 30X30	unidade	40	46,133	1.845,33
65	TOMADA LOGICA RJ45	unidade	30	33,567	1.007,00
66	CANALETA VENTILADA 50X50	unidade	60	77,067	4.624,00
67	DISJUNTOR DIN TRIPOLAR 200 AMP	unidade	15	559,483	8.392,25
68	INTERRUPTOR DUPLO REF 4X2	unidade	25	26,000	650,00
69	CANALETA VENTILADA - TAM 22X22 METROS	unidade	75	57,263	4.294,75
70	PARAFUSO C/ BUCHA Nº6	unidade	105	1,000	105,00



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

71	CONJ. ARSTOP SEM DISJUNTOR 4X4	unidade	30	33,933	1.018,00
72	CABO DE RJ CAT 5 - CAIXA 300m	caixa	20	450,300	9.006,00
73	CABO 1,5MM	metros	220	2,900	638,00
74	DISJUNTOR BI 20 AMPERES	unidade	40	60,400	2.416,00
75	PLUG RJ 45 CART-5	unidade	25	3,867	96,67
76	CABO DE 4MM	metros	220	7,283	1.602,33
77	TOMADA 4X2 10A	unidade	30	21,633	649,00
78	TOMADA MODULAR 4X2 20A	unidade	30	23,667	710,00
79	FILTRO DE LINHA 5 TOMADAS	unidade	20	58,733	1.174,67
80	EXTENSÃO 5 METROS	unidade	20	70,033	1.400,67
81	LÂMPADA 24W	unidade	60	39,000	2.340,00
82	CHAVE CONTADORA 25A	unidade	10	149,533	1.495,33
83	FITA ISOLANTE 20MT	unidade	25	15,967	399,17
84	FIO TORCIDO 2X2 5MM	metros	320	7,967	2.549,33
85	PLACA CEGA 4X2	unidade	25	11,500	287,50
86	CABO ANTI-CHAMA 6MM	metros	220	7,730	1.700,60
87	DISJUNTOR MONOPOLAR 16 AMP	unidade	15	16,967	254,50
88	DISJUNTOR BIPOLAR 32 AMP	unidade	25	45,750	1.143,75
89	PLAFON LOUÇA	unidade	15	11,350	170,25
90	CABO DUPLEX 10MM	metros	310	6,967	2.159,67
91	CABO 70MM	metros	520	98,663	51.304,93
92	CENTRO DE DISTRIBUIÇÃO TRE FASES 100 AMP	unidade	8	1.133,833	9.070,67
93	DISJUNTOR TRES FASES DE 125 AMPERES	unidade	12	237,667	2.852,00
94	LAMPADA LED SPORT 5WATTS	unidade	35	20,000	700,00
95	LAMPADA LED 18 WATTS	unidade	40	42,033	1.681,33
96	DINJUNTOR BI 25 AMPERES	unidade	25	42,833	1.070,83
97	INTERRUPTOR SIMPLES 1 TECHA	unidade	30	15,000	450,00
98	START REPOSITOR 24 WATTS	unidade	25	28,667	716,67
99	LAMPADA DE LED 45 WATSS	unidade	55	45,400	2.497,00
100	TINTA PARA IMPRESSORAS: L3150 / T544	unidade	110	86,833	9.551,67
101	KIT DE TINTA PARA IMPRESSORAS/T664120/ T664220/T664320/T6644 20/L200/L210/L110	unidade	160	300,250	48.040,00
102	TONNER TN3472 PARA IMPRESSORAS:HL- L5000D/HL-L500/HL - L5100DN/HL-L5102/HL- L5102DW/	unidade	60	201,417	12.085,00
103	TONNER PARA IMPRESSORA 1010/1020/1015/1018	unidade	60	176,817	10.609,00
VALOR TOTAL MÉDIO					402.400,25

1.2. Os documentos auxiliares e os parâmetros utilizados para a obtenção dos preços de referência, nos termos do artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, constam dos autos do processo administrativo nº 004/2024

1.3. O objeto a ser contratado é de natureza bens e serviços comum, nos termos do parágrafo único, do artigo 6º, inciso XIII da Lei nº 14.133/2021.

1.4. O prazo de vigência da ATA de Registro de Preço, o prazo da contratação será de 12 meses contados da assinatura, na forma do artigo 105 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021.

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO.

2.1. O interesse da Administração Legislativa Municipal na aquisição do presente objeto justifica-se pela necessidade de assegurar a continuidade administrativa obedecendo ao princípio da transparência, da



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

boa-fé, da probidade administrativa e da supremacia do interesse público e ainda visando resguardar atendimento dos serviços públicos essenciais, bem como para dar atendimento, de forma satisfatória, às constantes demandas dos setores/gabinetes dessa unidade gestora da Câmara Municipal de Itaituba/Pa.

2.2. Salientamos ainda que, futura contratação, que consiste aos estudos técnicos preliminares correspondentes e inseridos no Plano Anual de Contratações Públicas do órgão elaborada e inserida no portal nacional de contratações públicas – PNPC conforme orienta a legislação vigente.

3. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR.

3.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal, social e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.

3.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.

3.3. Os critérios de qualificação técnica a serem atendidos pelo fornecedor serão conforme previsto no edital.

4. ENTREGA E CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO DO OBJETO.

4.1. O prazo de entrega dos bens é de até 05 (cinco) dias, em conformidade com o este Termo de Referência e a Emissão da ORDEM DE COMPRA emitida pelo setor responsável da unidade gestora demandante.

4.2. A entrega dos bens será realizada no seguinte endereço que frisa no rodapé deste ato convocatório.

4.3. O recebimento provisório será realizado pelo fiscal técnico, fiscal administrativo, fiscal setorial ou equipe de fiscalização, através da elaboração de relatório circunstanciado, em consonância com as suas atribuições, contendo o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato e demais documentos que julgarem necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

4.4. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da Contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, ou, em qualquer época, das garantias concedidas e das responsabilidades assumidas em contrato e por força das disposições legais em vigor.

4.5. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de até 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.6. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.

5.1. São obrigações da Contratante:

5.1.1. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

5.1.5. Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos, observada a ordem cronológica para cada fonte diferenciada de recursos, nos termos do art. 141 da Lei nº 14.133/2021;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA.

6.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. Efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, procedência e prazo de validade;

6.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato;

6.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, a suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de sua execução ou de materiais nela empregados;

6.1.5. Comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.1.7. Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;

6.1.8. Implantação de programa de integridade pelo licitante vencedor, no prazo de 6 (seis) meses, em caso de licitação de grande vulto, nos termos do artigo 25, §4º da Lei nº 14.133/2021;

6.1.9. Cumprir com a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, além de atender às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213/1991.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO.

7.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA.

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

9.1. Nos termos do art. 117 Lei nº 14.133/2021, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 120 Lei nº 14.133/2021.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

9.4. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração.

9.5. O fiscal designado não deverá ter exercido a função de Pregoeiro na licitação que tenha antecedido o contrato, a fim de preservar a segregação de funções (TCU, acórdão 1375/2015 - Plenário e, TCU, acórdão 2146/2011, Segunda Câmara).

9.6. A designação do fiscal deverá levar em conta potenciais conflitos de interesse, que possam ameaçar a qualidade da atividade a ser desenvolvida. (Acórdão TCU 3083/2010 - Plenário).

10. DO PAGAMENTO.

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado, sempre após a realização das entregas.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 Lei nº 14.133/2021.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada de forma on-line consulta aos sítios eletrônicos oficiais para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta on-line mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais para identificar possível suspensão



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação de habilitação.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = ***, assim apurado:

$$I = (TX) \quad I = \frac{(6 / 100)}{365} \quad I = ***$$

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE.

11.1. Os preços contratados poderão sofrer reajuste, aplicando-se o índice ***, cuja data-base está vinculada à data do orçamento estimado, nos termos do art. 25, §7º da Lei nº 14.133/2021.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO.

12.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, pelas razões abaixo justificadas:

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

13.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 14.133/2021, a Contratada que:

13.1.1.1 Der causa à inexecução parcial ou total do contrato;

13.1.1.2 Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.1.1.3 Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

13.1.1.4 Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

13.1.1.5 Ensejar o retardamento da execução ou entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;

13.1.1.6 Apresentar declaração ou documentação falsa;

13.1.1.7 Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

13.1.1.8 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

13.1.1.9 Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

13.1.1.10 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013.

13.2. O licitante/adjudicatário que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

a) Advertência por escrito, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

b) Multa;

c) Impedimento de licitar e contratar;

d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

13.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.2. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.3. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da Câmara Municipal de Itaituba – PA, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.

13.3.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO DO PARÁ
CÂMARA MUNICIPAL DE ITAITUBA

13.4. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a unidade gestora da licitação poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a natureza e a gravidade da conduta do infrator, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.7. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.8. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.9. As penalidades serão obrigatoriamente publicadas no órgão Oficial de Imprensa do Estado do Pará e sítio eletrônica da unidade gestora.

14. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS.

14.1 O custo estimado da contratação é de **R\$ 402.400,25** (*Quatrocentos e Dois Mil Quatrocentos Reais e Vinte e Cinco Centavos*).

15. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.

1.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União para o exercício de 2024, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade:

Fonte:

Programa de Trabalho:

Elemento de Despesa:

Itaituba – Pa., em 18 de Fevereiro de 2025

Francisco de A. Paiva Bessa

Pregoeiro

Portaria nº 147/2025 09/01/2025